



Campanha Salarial 2015 reinicia com novos desafios



Campanha Salarial 2015 reinicia com novos desafios

Resolvido o tema PAGAMENTO DOS RETROATIVOS os trabalhadores podem virar uma página e reestabelecer a luta da Campanha Salarial 2015 objetivamente. Nossa pauta é muito maior e requer estudos e negociações específicas que o Governo ainda não se pronunciou. Também é momento dos trabalhadores se reorganizarem com foco especial nas questões apresentadas em fevereiro de 2015.

Um tema que nunca sai da mesa é a cobrança pelo fim das terceirizações. Num primeiro momento houve estranhamento e o Governo disse que esse assunto não seria discutido. O Sindsep deixou claro que esse é um tema que atinge diretamente os trabalhadores e que, portanto, não aceita a terceirização. O Governo reviu a posição e já aceita discutir o tema. A invasão das Organizações Sociais na área da Saúde e o pregão para a contratação no Serviço Funerário são casos específicos que queremos intervir já. Somos a favor do concurso público e queremos garantir essa qualificação nos serviços prestados à toda população da cidade de São Paulo.

Ambicionamos melhores salários, queremos melhores condições de trabalho, mas sabemos que temos que disputar os recursos do município com a iniciativa privada. Entendemos que é mais barato, mais eficaz e mais justo a prestação de serviço feita diretamente por trabalhadores concursados sem qualquer intermediário. Queremos uma posição clara do prefeito sobre o assunto. Afinal é dinheiro da população e da fatia retirada do funcionalismo que é utilizado na contratação de empresas privadas.



Pontos fundamentais das reivindicações de 2015

1- LEI SALARIAL – finalmente, o governo propôs uma agenda para a discussão que ocorrerá na primeira semana de julho. O Sindsep está iniciando ao GT de lei salarial formado no seminário ocorrido em março. A ideia é construir propostas para debater com o governo.

2- REESTRUTURAÇÃO dos níveis básico e médio – o protocolo assinado pelo governo prevê incorporação das gratificações (GA), mas não há ainda proposta nenhuma do governo, lembrando que essas categorias já acumulam 16% de perda desde maio de 2013.

a - Revisão das tabelas salariais;
b - Revisão do PCCS;
c - Plenária do NB 16/07 – será realizada às 10 horas no Centro de Formação do Sindsep;
d - Plenária NM 17/07 – será realizada às 10 horas no Centro de Formação do Sindsep.

3 - REVISÃO GERAL ANUAL – o governo se limita a dizer que irá cumprir a Lei (13.303).

Mais um motivo para mudarmos a mesma, pois sabemos muito bem que cumpri-la pode significar os velhos 0.01%.

4 - REVITALIZAÇÃO do HSPM.

5 - PROJETO Habitacional para funcionários públicos.

6 - SERVIÇO FUNERÁRIO – a SMG se comprometeu em realizar uma reunião conjunta com a Superintendência do SFMSP. Além de nos posicionarmos contra a terceirização, também cobramos que a resposta de reestruturar todo o serviço na cidade saia do discurso, assim como a reestruturação do nível básico que precisa deixar de ser apenas um protocolo assinado.

7 - ADMITIDOS – o governo se comprometeu a apresentar um posicionamento sobre a proposta do Sindsep, também na primeira semana de julho.

8 - NÃO OPTANTES - O governo ouviu a comissão em 16 de junho e pretende dar um retorno na metade de julho.

9 - NÍVEL UNIVERSITÁRIO – a discussão sobre a regulamentação de cumprimentos de jornadas e plantões, remoção e promoção será retomada até o início de julho, em resposta aos pontos apresentados pelo Sindsep sobre contrapartidas para o trabalho em horários noturnos, finais de semana e feriados, plantões extras e horas suplementares.



EXPEDIENTE

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – Sindsep.

CONTATOS
Rua da Quitanda, 162, Centro,
São Paulo/SP, CEP 01012-010.
Telefone: (11) 2129 2999

INTERNET
www.sindsep-sp.org.br
imprensa@sindsep-sp.org.br
facebook.com/Sindsep
Twitter: @sindsep

DIRETORIA
Sergio Ricardo Antiquiera
Presidente
Leandro Valquer J. L. de Oliveira
Vice-Presidente

SECRETARIAS
Paula Leite
Finanças
Antônio Carlos Lima
Secretaria Geral
Elis Regina Bonachello de Melo
Educação
Lourdes Estevão Araújo
Trabalhadores da Saúde

Solange Cristina Ribeiro
Formação, Política Sind. Qualif. Prof.
Maria de Lourdes da Rocha Alves
Jurídico, Econômico e Pesquisa

João Batista Gomes
Imprensa e Comunicação
Vlamiir Lima
Política Intersindical e Solidariedade

Maria Cristina Cipriano Ribeiro
Políticas Sociais
Roberto Alves da Silva
Saúde do Trabalhador
Sandra Aparecida Gonçalves
Atenção Mulher

Djalma Maria Prado
Cultura e Eventos
COORDENADORES DE REGIÃO
Ronildo Ferreira da Silva
Leste I
Eijvaldo do Espírito Santo
Leste II
Luciana Maria Melo

Leste III
Bergair de Oliveira Valentino
Sudeste
Angela Aparecida de Lima Silva
Sul I

Sandro Bento de Carvalho
Sul II
Cleber Bartolomeu Gomes
Oeste
João Gabriel Guimarães Buonavita
Noroeste
José Teixeira dos Santos
Norte
Walney Araujo da Silveira
Centro

DEPARTAMENTOS DOS TRABALHADORES
Valdemar Bombini Pinto
SMADS, SEME, SMS, Verde, SFMSP e Iprem

Conceição de Maria Aragão
Novaes
Aposentados

Eudes Wesley Dias Melo
Segurança Urbana

CONSELHO FISCAL
Angela Maria Severiano
Onedil Luiza Bueno
Sueli Aparecida Guarnieri
Omar Braga

José Francisco Capela
SUPLENTE DE DIREÇÃO
Junéia Batista, Alonir Roberto
Celso Onório, Helda Lourenço
Marizete Ducca, Evaldo de Almeida
Luzia Delmaschio, Luiz Rezende,
Regina Stroebel e Paulo Gomes

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
Fábio dos Santos e Zenilda
Guimarães

IMPRESA
Diretor: João Batista Gomes
Edição: Eudes Lima – MTb 33.268
Estagiárias: Larissa Karoline,
Leticia Kutzke e Kátiusca Medeiros
Diagramação: Marco Godoy

PRODUÇÃO
Inteligência Assessoria de
Comunicação
www.inteligenciacom.com.br
eudes@inteligenciacom.com.br
Telefone: (11) 96135 1726

PAUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

1 - Mudança da Lei Salarial

O Governo já se comprometeu em mudar a lei salarial. Ela é injusta e serve apenas como justificativa para impedir os reajustes nos salários dos trabalhadores. Com o aumento da arrecadação do município os servidores deveriam ter seus salários reajustados na mesma proporção, no entanto não é isso que acontece. Reivindicamos início imediato das negociações para a mudança da lei 13.303 que garantam: Reposição das Perdas conforme ICV-Dieese; Aumento Real de Salário; e Limitação das despesas com pessoal nunca inferior aos 54% da LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

2 - Revisão das Perdas Salariais

Trabalhamos muito pela reorganização das carreiras. Mas isso não é suficiente para todos os trabalhadores. Não é possível que a defasagem no salário dos servidores continue. E a única maneira do trabalhador não ser penalizado é com a recomposição da inflação de 9,87% de maio de 2013 a dezembro de 2014, conforme ICV-Dieese, e aumento real de 11%.

3 - Fim das terceirizações

O Sindsep entende que a melhor forma de atender a população é com um serviço público de qualidade e comprometido. A melhor, mais eficiente e mais honesta forma é a com servidores públicos concursados. As empresas terceirizadas tendem a tratar seus trabalhadores com condições de trabalho inferiores as necessárias. Portanto, lutamos contra qualquer tipo de terceirização e privatização dos serviços públicos.

4 - Fim das OSs

Retomada do serviço público direto com o fim dos serviços geridos pelas OSs, das empresas terceirizadas e do trabalho voluntário. As OSs, empresas terceirizadas e o trabalho voluntário, tendem, a não tratar a população com o mesmo comprometimento e qualidade de quando o serviço é prestado por servidores públicos concursados. Precisamos retomar esses serviços afim de melhorar o atendimento à população.

5 - Concurso Público

Existe uma grande falta de profissionais em várias áreas. Para tanto, é necessária a abertura imediata de concurso público, em todas as áreas. Os objetivos são atender de forma digna a população e minimizar a sobrecarga de trabalho que gera adoecimento dos profissionais que hoje não são suficientes para atender a população.

6 - Aposentados

Eles já fizeram sua parte. E se São Paulo é a cidade que é, os servidores aposentados deram uma grande contribuição. Chegada a hora do descanso merecido não podem ser tratados de maneira menor. Se tinham um rendimento ao longo de muitos anos de trabalho devem manter quando aposentados. Reivindicamos então a garantia de paridade e isonomia de direitos para todos os trabalhadores aposentados.

7 - Combate ao assédio moral

A doença do trabalho que mais cresce é o assédio moral. Esse crime, por vezes, invisível deve ser combatido. O Sindsep reivindica a criação imediata do comitê de combate ao assédio moral na PMSP com caráter deliberativo e fiscalizador, participação paritária do governo e de trabalhadores, garantindo apuração isenta por parte da administração de todas as denúncias.

8 - Programa Habitacional de Moradia para servidor público

Desde 2002, através do projeto "Quero Morar", o Sindsep realiza ações, no sentido de buscar soluções para o problema da moradia em nossa categoria. Conseguimos, na gestão da Marta, colocar mais de 300 famílias morando em unidades novas, construídas pelo sistema "PAR" (Programa de Arrendamento Residencial). Com a chegada de Serra/Kassab, todo o trabalho desenvolvido junto as entidades e associações foi desmantelado e não foi mais atendida nenhuma das solicitações do Sindsep com relação a questão de moradia. Contamos hoje com quase 8.000 pesquisas respondidas pelos trabalhadores que precisam de moradia, e continuaremos nossa luta para conseguir junto a Administração um projeto habitacional voltado exclusivamente para nossa categoria.

9 - Revitalização do HSPM

- Voltar a atender exclusivamente os servidores e empregados públicos municipais, incluindo os aposentados estatutários e celetistas contribuintes, bem como seus dependentes legais e pensionistas;
- Melhoria na infraestrutura de atendimento;
- Manter todas as especialidades existentes no HSPM e ampliá-las;
- Abordagens de medicina preventiva para todos os funcionários e empregados da rede pública municipal;
- Estender a rede de ambulatórios descentralizados, devidamente equipada;
- Política de reposição de pessoal;
- Autonomia e sustentabilidade financeira.



PAUTA NACIONAL

REGULAMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO 151 da OIT que cria uma lei para regulamentar as mesas de negociação coletivas no serviço público.

REFORMA POLÍTICA - O Sindsep defende uma verdadeira Reforma Política. Os principais objetivos desta proposta são a conquista do financiamento público de campanha com a ampliação da participação popular nas decisões do país.

DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA - O Sindsep defende as iniciativas de ampliação do direito à comunicação propostas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Mídia, estimulando o debate nos municípios e nos sindicatos, com a proposição de criação de Conselhos de comunicação, democratização das verbas de publicidade governamental nos municípios, assim como a alteração da privatização do processo de formação da opinião pública, feita através do controle oligopolizado dos meios de comunicação de massa.

PAUTA SETORIAL

PCCS

Revisão do PCCS do nível básico, nível médio e nível universitário nas disciplinas de engenharia e arquitetura.

GCM

Revisão da proposta da tabela salarial do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da GCM.

Admitidos

Retomada imediata das negociações sobre admitidos de todos os níveis e funções, revendo os salários, considerando o tempo de serviço público, de forma a reparar o tratamento discriminatório existente até o momento.

Não Optantes dos PCCSs

Realizar imediatamente mesa específica para tratamento dos não optantes dos PCCSs, de forma a permitir o aproveitamento do tempo e aplicação de demais critérios entre o momento das datas limites previstas em lei e a opção quando reaberta.

Atividades Artísticas

Revisão do quadro técnico de atividades artísticas.

Transformação de Auxiliar de Enfermagem em Técnicos

Retomada das negociações da migração de auxiliar de enfermagem para técnicos de enfermagem, mediante formação.



Luta dos trabalhadores garante pagamento do retroativo



Os servidores públicos superaram mais uma batalha na Campanha Salarial. Após um duro confronto com o Governo do prefeito Fernando Haddad conseguimos formalizar na mesa de negociação, que as leis 16.119 e 16.122 garantiriam os retroativos a maio de 2014, mas o governo queria dividir em inúmeras parcelas para a saúde e não tinha data nem para o nível universitário.

Infelizmente, o Governo não cumpriu a lei e empurrou a pauta de 2015 para depois enquanto pretendia parcelar o retroativo

em 4 vezes (setembro, novembro e sem data para 2016).

A informação que vazou para o Sindsep indignou a todos e o sindicato confrontou o governo na mesa da saúde, deixando claro pelos atos e paralisações que os trabalhadores não aceitariam esse desrespeito. O Sindsep entende que o governo estava se submetendo à pressão de OSs (Organizações Sociais) que não toleram os gastos assumidos com os trabalhadores da rede direta após muita negociação e luta em 2014.

Querem usar nosso dinheiro para repactuar os contratos com

as OSs. A dedução é que querem tirar o dinheiro do bolso do servidor para dar para empresas terceirizadas.

A resposta do servidor foi na rua. A frente da Prefeitura foi palco de atividades semanais. No dia 20 de maio, a mais emblemática deste ano, os novos negociadores do Governo se recusavam a receber a comissão de trabalhadores, como costuma organizar o Sindsep. A resposta foi imediata e, por volta das 17 horas, os trabalhadores decidiram que seus representantes entrariam na Prefeitura de qualquer jeito.

Houve alta tensão. A imprensa que sempre está presente, mas que não costuma divulgar nossos atos, foi obrigada a divulgar o tumulto gerado pela truculência do Governo. Enfim, foram obrigados a receber.

O endurecimento com o Sindsep foi proposital. Queriam criar um clima que inviabilizasse as negociações e desmobilizar os trabalhadores. O resultado foi o inverso. Os atos e paralisações que se seguiram obrigaram o Governo a ceder em sua proposta original. De 4 parcelas passou para duas, garantiu o pagamento de valores



COMO FICOU O PAGAMENTO DE RETROATIVOS?

ALGUNS EXEMPLOS

Para a Lei 16.119, os retroativos serão pagos em setembro de 2015, em uma única parcela.

Para a Lei 16.122, a proposta aceita em assembleia prevê pagamento dos retroativos em uma única parcela em setembro de 2015, para quem tem a receber até R\$ 4.500,00. Se o servidor tiver valor a mais para receber, receberá de uma vez em setembro a soma de meses atrasados, desde maio de 2014, que complete, no mínimo R\$ 4.500,00. A segunda parcela (os meses restantes) será paga em julho de 2016.

a) Um servidor que tenha a receber 1000 Reais por mês, de maio de 2014 a abril de 2015 (12 meses mais 13º - R\$ 13 mil), receberá 5 meses de uma vez em setembro (R\$ 5.000,00), pois o valor não pode ser inferior a R\$ 4.500,00. A segunda parcela seria de 8 mil Reais.

b) Um caso que tenha a receber 2000 Reais por mês (26 mil Reais referentes a 12 meses mais 13º), receberá em setembro, 6 mil Reais, ou seja, três meses de retroativo. Em julho de 2016 receberá os 20 mil restantes.

c) Se o servidor tem uma diferença para receber que corresponde a 6 mil por mês atrasado, ele recebe apenas o correspondente a um mês em setembro de 2015 e o restante em julho de 2016.



Ato assembleia dia 10/6



Mesa de negociação com o governo

pequenos na íntegra, e a segunda parcela de setembro de 2016, antecipou para julho. Muita gente se preocupou que a luta seria apenas por retroativo.

Mas não. Nossa luta é principalmente por respeito. E o Governo foi obrigado a rever e recuar. Se os trabalhadores e o Sindicato não reagissem na hora em que foi preciso, seríamos desmoralizados e o Governo empurraria sua proposta goela abaixo.

A assembleia aceitou a contraproposta do governo de pagar para a Saúde na íntegra os valores retroativos inferiores a R\$ 4.500,00. Quem possuir valores maiores receberá em setembro de 2015 os meses retroativos até completar no mínimo R\$ 4500,00 e os meses restantes em julho de 2016. Para os trabalhadores do nível universitário (lei 16119) receberão em uma única parcela, em setembro de 2015. A mudança da lei salarial. Os trabalhadores que tem ido para as ruas desde o ano passado sabem da importância. Não vão esperar até 2017 para ver o que vai acontecer com os servidores, pois sabem que se não mudarmos a lei salarial, teremos mais um novo ciclo de 0,01% a partir de agora.

O Sindicato e os trabalhadores organizados têm uma missão muito importante, debater com os companheiros das unidades.

Vamos construir uma proposta, apresentar ao Governo e levar para base para conversar e explicar. Também vamos levar proposta para forçar a discussão do nível básico e médio. E os trabalhadores deverão discutir nos locais de trabalho. Vamos construir um material para trabalhar nas unidades seguindo o calendário construído com os representantes sindicais. É preciso construir a consciência em todos para assumirem a responsabilidade pela luta. Quando o Sindicato chama para a rua, é preciso atender. Não vamos alterar a nossa realidade, nem seremos capazes de cobrar respeito e dignidade pelo facebook ou nos corredores das unidades. Quem esteve na rua em maio e no dia 10 de junho sabe muito bem disso.

Minuta de alteração das leis 16.119 e 16.122

Até agora o Governo não apresentou a última versão de alterações sobre a lei 16.119, e sobre a 16.122, apenas apresentou por um projetor na parede durante reunião em SMS. O Sindsep precisou tirar fotos e digitar para ter acesso ao material. O maior avanço foi para o HSPM e AHM. A minuta contempla a negociação feita em maio entre os atos e paralisações ocorridas. Foi negociado que os servidores receberiam subsídios complementares e VOPs da diferença entre as insalubridades dos celetistas e estatutários. O mesmo ocorrerá para o adicional noturno.

Um ponto preocupante na minuta (consideramos um golpe) é o governo pretendendo mudar as regras da remoção conquistada na negociação em 2014. Eles querem que não possa haver remoção entre Autarquias e Administração Direta. Não aceitaremos mudar a lei nesse ponto. Se o governo está preocupado em esvaziar alguns Hospitais e Unidades, pode muito bem estabelecer critérios e limitações no Decreto para segurança da administração. Se formos negociar alguma coisa a respeito seria na regulamentação e não alterando a lei e encerrando o assunto. O Sindsep está organizando outras alterações e correções que são necessárias para apresentar ao governo.

Governo do prefeito Fernando Haddad desrespeita servidores



Histórico

O Sindsep realizou uma série de mobilizações em 2015. Nos dias 5 de fevereiro, 18 de março, 5 de maio, 20 de maio, 26 de maio e 10 de junho os trabalhadores foram pra rua cobrar sua pauta de reivindicações de 2015, bem como pendências de 2014. Foram atos, paralisações, assembleias que trouxeram acúmulo nas discussões e no enfrentamento ao Governo. A participação dos trabalhadores nas atividades é fundamental para mudarmos a lei salarial.



Sindsep realiza Seminário da Lei Salarial



Audiência Pública para Campanha Salarial 2015



Trabalhadores lotam Seminário da Lei Salarial

Seminário sobre a Lei Salarial

No dia 6 de março o Centro de Formação do Sindsep ficou lotado por trabalhadores para discutir a Lei Salarial e como proceder para alterá-la. No Seminário ficou claro que o crescimento da arrecadação do município não é considerado quando há Campanha Salarial.



Com o lema “eu quero mudar a lei salarial já”, dirigentes e especialistas debatem com os servidores sobre o tema



Servidores lotam seminário e diretores do Sindsep agradecem a todos pela união



Servidores Públicos participam da apresentação da pauta na Câmara Municipal

Apresentação da Pauta na Câmara Municipal

Com o lema “eu quero mudar a lei salarial já”, servidores e dirigentes do Sindsep se reuniram na tarde 25 de fevereiro, no salão nobre da Câmara Municipal, para o lançamento da Campanha Salarial 2015. Também prestigiaram o evento vereadores, assessores parlamentares e dirigentes sindicais. A pauta foi apresentada pelo presidente do Sindsep, Sérgio Antiqueira, que explicitou ponto a ponto todos os itens. A mesa foi composta por Sérgio Antiqueira, pela presidente da Fetam e secretária de finanças do Sindsep, Paula Leite, pelo Secretário geral do Sindsep, Antônio Carlos e pelo responsável pela coordenação de Relações do Trabalho da SEMPLA, na época, Walter Hupsel. O representante do governo, convidado para apresentar respostas, reafirmou o compromisso da administração em revisar a lei salarial.

Entrega da pauta de reivindicações

No dia 5 de fevereiro os trabalhadores do serviço municipal de São Paulo entregaram a pauta de reivindicações para a Campanha Salarial de 2015. Na pauta existem as questões gerais, setoriais e nacionais, agrupadas em 16 pontos. Mesmo com chuva a pauta foi entregue na Prefeitura e na Câmara Municipal. Os dirigentes do Sindsep foram acompanhados dos trabalhadores que estavam em assembleia pela manhã.



Entrega da Pauta de Reivindicações

Audiência Pública sobre Admitidos

A pedido do Sindsep, o Vereador Jair Tatto (PT) organizou audiência pública requerida na Comissão de Administração e Finanças da Câmara. Com mais de 200 servidores admitidos reunidos na manhã do dia 21 de maio no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo, discutiu-se a situação destes servidores no município. O principal objetivo desta atividade (idealizada pelo Grupo de Trabalho de Admitidos do Sindsep) foi tornar pública a cobrança de uma solução reivindicada ao Prefeito Fernando Haddad, o cumprimento do lema assumido em campanha: Salários Iguais para Trabalhos Iguais. Foi lançada assim a Campanha pela Valorização dos Admitidos na Prefeitura de São Paulo. O Sindsep concluiu a atividade com a perspectiva de reivindicar novamente audiência com o Prefeito e que o mesmo assuma um compromisso público com a solução devida, para uma decisão definitiva da questão dos admitidos nesta gestão Fernando Haddad.



Sindsep participa da 18ª Conferência Municipal da Saúde

Aconteceu nos dias 22, 23 e 24 de junho a 18ª Conferência Municipal da Saúde. O evento ocorreu no Anhembi e contou com a participação de cerca de 1.216 delegados. O segmento dos trabalhadores contava com 304 vagas, destas, cerca de 120 cadeiras foram ocupadas por delegados diretamente ligados ao Sindsep. Os dirigentes do Sindicato, ao exemplo de anos anteriores, marcaram importante presença. Profissionais da saúde e usuários cobram por melhorias na saúde, inclusive por mais recursos e aumento de salários. O prefeito Fernando Haddad esteve na abertura e presenciou a manifestação dos servidores públicos com faixas reivindicando: mudança da lei salarial e fim das OSs.

Os principais eixos da Conferência foram:

- 1 – Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;
- 2 – Participação Social;
- 3 – Valorização do Trabalho, e da Educação em Saúde;
- 4 – Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;
- 5 – Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;
- 6 – Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;
- 7 – Ciência, Tecnologia, e Inovação no SUS;
- 8 – Reformas Democráticas e Populares do Estado.

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP		
PARA USO DO CORREIO	DATA	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM
<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente		
<input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado <input type="checkbox"/> Inf.escrita p/port/sindico	ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR	

